



Home

Sala de Disputa

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Esclarecimentos

Impugnações

Apenados / Impedidos

Contratações - PNCP

ETP

Pesquisar Preços

← **CONSULTAR IMPUGNAÇÃO**

Nome do Usuário

**LILIANE FERNANDA
FERREIRA**

Participante

**18 GIGAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS
LTDA**

Solicitação

Solicitação criada às 10:38 em 13/05/2024

Prezados, bom dia. A empresa Sieg Apoio Administrativo LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.213.683/0001-41, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar Pedido de Esclarecimentos com Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2024, cujas razões seguem em anexo. Certa de Vossa compreensão, agradecemos a atenção dispensada.

Documentos da Solicitação

DOCUMENTOS

Pedido de Esclarecimento com Impugnação - Pref.
Conselheiro Lafaiete.pdf



VOLTAR

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG.

**REF.: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

Processo Licitatório nº 031/2024

A empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Merhy, 1266, com endereço eletrônico juridico@sieg-ad.com.br, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41, por intermédio do seu representante infra-assinado, vem tempestivamente e com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM IMPUGNAÇÃO** em face do Edital em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1) SÍNTESE FÁTICA

A Prefeitura Municipal De Conselheiro Lafaiete, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é "o Registro de Preços para aquisição de bens móveis, equipamentos eletrônicos e médico hospitalares para instalação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24H de Conselheiro Lafaiete e Setores da Secretaria Municipal de Saúde (Parte I), de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital."

Todavia, denota-se a presença de vícios que podem vir a macular todo o processo, cuja prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e a formulação de propostas.

Face ao interesse público evidente do procedimento em voga, por sua amplitude, SOLICITA-SE COM URGÊNCIA a análise do mérito deste Esclarecimento pelo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a), a fim de evitar prejuízos maiores para o erário público, o qual certamente será lesado caso o Edital permaneça nos termos atuais.

2) PRELIMINARMENTE

Informamos que o presente documento conta com assinatura digital, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/01, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil) e instituiu requisitos formais e técnicos, para a autenticação digital de documentos públicos ou privados, cujo integral cumprimento concede ao documento autenticado digitalmente o mesmo valor probatório dos originais (art. 2º-A, §2º da Lei nº 12.682/2012).

3) DAS RAZÕES

3.1) DA EXIGÊNCIA DAS CERTIFICAÇÕES INMETRO E ABNT – ITENS 97 E 98:

Especificamente quanto aos itens 97 e 98 do edital, quais sejam, "quadros de avisos", verifica-se que há a exigência de certificados INMETRO e ABNT.

É sabido que o INMETRO certifica móveis escolares, cujos requisitos constam em alguns regulamentos próprios do Instituto, disponíveis através do site *inmetro.gov.br*.

Ocorre que, a Portaria ANVISA nº 401 de 2020, **é clara ao estabelecer os requisitos de Avaliação da Conformidade somente no que tange às Cadeiras e Mesas**, conforme artigo 3º, §1º do referido Regulamento, sem, no entanto, fazer quaisquer referências aos quadros escolares.

No próprio site GOV.BR, nas informações específicas do INMETRO, **consta a informação de que lousas e quadros não são considerados móveis escolares**¹:

“Quadros brancos ou negros são considerados artigos escolares, devendo ser certificados conforme Portaria Inmetro n.º 423/2021?”

De acordo com o estabelecido na Portaria Inmetro n.º 423/2021, não são considerados artigos escolares os quadros brancos, quadros magnéticos, lousas, quadros verdes e negros, portáteis ou não, bem como seus acessórios como apagador, giz e canetas específicas para uso em quadro branco”.

Para não restar quaisquer dúvidas, basta um simples acesso ao Anexo III (Enquadramento de Artigos Escolares) da **Portaria INMETRO nº 423/ 2021**, que traz, de forma consolidada, uma lista acerca do que deverá ser considerado para fins de artigos escolares.

Nela, constam diversos itens de materiais escolares como réguas, giz, lápis, apontadores, borrachas, pastas, merendeiras, massas plásticas, dentre outros. Nenhuma menção é feita quanto aos quadros escolares.

Desta feita, torna-se evidente que os quadros escolares sequer são certificados pelo INMETRO por não estarem incluídos como artigos escolares, de modo que a exigência de sua certificação carece de sentido.

¹ <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-conformidade/artigos-escolares/quadros-brancos-ou-negros-sao-considerados-artigos-escolares-devendo-ser-certificados-conforme-portaria-inmetro-n-4812010>

Não bastasse, os referidos objetos mencionam a necessidade, inclusive, de certificado ABNT.

Ocorre que, as exigências supracitadas não possuem amparo legal, uma vez que tais exigências **não integram o rol de requisitos previstos no art. 67 da Lei Federal 14.333/21**, conforme ampla jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU.

O laudo NBR 8095/15 quanto a atmosfera úmida saturada, é utilizado principalmente para testar a resistência à corrosão de materiais metálicos. Esse tipo de teste é relevante em setores industriais nos quais a exposição a ambientes corrosivos é uma preocupação legítima. No entanto, **não se aplica de forma adequada ou relevante a quadros escolares, uma vez que esses não são sujeitos a condições ambientais corrosivas durante seu uso normal.**

Ora, a garantia oferecida pelo fornecedor desempenha um papel central na qualidade e durabilidade dos quadros escolares, sendo um indicador muito mais relevante do que um ensaio de resistência adicional para atestar a adequação destes produtos para o ambiente escolar.

Ademais, outra possibilidade com o viés de comprovação da qualidade e capacidade da empresa, no que tange aos itens 97 e 98 (quadros), são os **atestados de capacidade técnica voltados aos quadros de aço.** Estes sim, atestarão, com a máxima credibilidade, a habilidade no fornecimento dos referidos objetos, bem como, a qualidade dos mesmos.

Veja, **a garantia oferecida pelo fornecedor e o atestado de capacidade técnica voltado aos quadros de aço assegura, de fato, a qualidade e durabilidade dos quadros escolares.** No contexto de quadros escolares, é importante considerar que a garantia representa o compromisso do fabricante em substituir ou reparar produtos que apresentem defeitos ou desgaste prematuro. **Os certificados solicitados em Edital, em nada demonstram a real qualidade**

dos objetos constantes nos itens 97 e 98. Apenas reduzem a competitividade do certame, por serem exigências inaplicáveis aos quadros escolares.

Assim sendo, a exigência de um ensaio de resistência adicional pode ser redundante e tende a encarecer o objeto da licitação sem proporcionar benefícios significativos em termos de qualidade ou durabilidade que não possam ser apresentados por intermédio da garantia do equipamento.

Ademais, a manutenção injustificada da exigência, apenas restringe a participação das proponentes e tende a favorecer determinada empresa em detrimento das demais, que podem oferecer produto de qualidade igual ou superior, sem necessariamente apresentar a referida certificação.

Portanto, não há que se exigir certificações que encarecem o custo do equipamento, restringem a ampla competitividade, sem atribuir qualquer valor adicional e necessário ao caso concreto.

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, é cristalino ao estabelecer as regras do certame licitatório, nestes termos:

*Art. 37. Inciso XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.***

Neste mesmo sentido o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que:

“Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da

segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)"

Logo, **a regra é que o maior número de interessados participe da licitação, apresentando suas propostas para fornecer um produto ou prestar um determinado serviço.**

De igual forma, as exigências, segundo o comando constitucional, relativas à qualificação técnica e econômica, **somente são permitidas quando indispensáveis para a garantia da execução contratual.**

Assim, qualquer empecilho ou dificuldade desarrazoada para a participação no certame de possíveis interessados, pode ser entendido como **uma restrição à competitividade** e, por consequência, ofensa ao princípio da isonomia e, também, ao art. 9º, da Lei de Licitações, que veda a inclusão, nos atos convocatórios de certames licitatórios, de cláusulas impertinentes ou irrelevantes.

Ressalte-se: isso não quer dizer que, quando for necessário estabelecer requisitos mínimos de participação no certame, com vistas à garantia a perfeita execução do contrato, a Administração Pública não possa fazê-lo.

Por conta disso, a Lei nº 14.133/21 dispõe quais os documentos são necessários para que eventual interessado possa participar do certame, não deixando margem a outras exigências, com vistas a evitar, como dito anteriormente, a restrição à competição e a criação de exigências, por vezes, dispensáveis.

Sendo assim, **não há espaço algum para a exigência de que o produto possua certificado pela ISO, ABNT NBR, INMETRO, ou por qualquer outra entidade de padronização, sobretudo quando não há justificativa razoável e plausível para tal exigência, até porque,**

determinado produto ou serviço pode ter qualidade superior sem, no entanto, possuir a certificação ISO, com um custo menor para a sua disponibilização, o que vai ao encontro do princípio **da vantagem e da economicidade para a Administração Pública**, cujos princípios são de observância obrigatória por todos, considerando que são reforçados veementemente pela Lei de Licitações.

É entendimento pacífico do TCU, que em licitações não podem ser exigidas certificações que não sejam obrigatórias para o exercício da atividade, como ISO e semelhantes, atestados estes requeridos no presente Edital:

Não é possível a exigência de certificação ISO, e outras semelhantes, com o fim de habilitação de licitantes ou como critério para a qualificação de propostas. Mediante pedido de reexame, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - (Eletronorte) manifestou seu inconformismo contra o Acórdão nº 1.612/2008, do Plenário, o qual lhe determinara que, nos editais de suas licitações, deixe de exigir a certificação expedida pela Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization - ISO) e outras semelhantes, para a habilitação dos participantes ou como critério para a qualificação de propostas. Para a recorrente, "a jurisprudência que serviu de base para a determinação contestada é relativa apenas a serviços de informática". Segundo o relator, no entanto, "nenhum dos motivos que levaram à formação do entendimento deste Tribunal é exclusivo de certames dessa natureza". Para ele, as certificações nacionais correspondentes à família 9000 da ISO se referem, em linhas gerais, a critérios para implantação de sistemas de garantia da qualidade. Para obtê-los, a empresa deveria demonstrar a adequação de seus procedimentos de fabricação aos padrões estabelecidos na norma, o que garantiria, ao menos em tese, "que os produtos oriundos dessa empresa tenham sempre as mesmas características". Todavia, ainda conforme o relator, "isso não garante que eles tenham qualidade superior aos de uma empresa que não seja certificada". Além do que, no ponto de vista do relator, "obter a certificação ISO é faculdade das empresas – não há lei que a indique como condição para exercício de qualquer atividade". Restritiva, portanto, a exigência desse predicado como condição para qualificação em licitações, pois "afastar os participantes não certificados reduz a possibilidade de alcance da melhor proposta para a Administração, sem que haja justificativa razoável para tanto". Por outro lado, não haveria óbice para a utilização do aludido certificado para atribuir pontuação a uma empresa licitante, dado que isso permitiria reconhecer seu diferencial em relação a outras que não comprovaram a adequação de seu sistema de produção aos critérios de qualidade estabelecidos em tais normas. Por conseguinte, votou por que se negasse provimento ao

pedido de reexame, mantendo-se os exatos termos do Acórdão nº 1.612/2008-Plenário, no que contou com a acolhida do Plenário. Precedente citado: Acórdão nº 2461/2007, do Plenário. Acórdão n.º 1085/2011- Plenário, TC-007.924/2007-0, rel. Min. José Múcio, 27.04.2011.

Decisão nº 152/2000 – Plenário, Rel. Min. José Antonio B. de Macedo “abster-se de exigir Certificados da série ISO 9000, por frustrar o caráter competitivo da licitação”

A propósito, Justen Filho (2014, p. 6254) explica sobre o tema, tomando como base a ISO, que tem viés similar ao requerido no presente certame:

*“Tem-se cogitado da exigência da certificação ISO (em suas diversas variantes) como requisito de habilitação. O tema envolve grande risco de vício. A certificação ISO retrata uma certa concepção de excelência no cumprimento de rotinas e técnicas. **Isso não significa que tal concepção seja necessária ou adequada à execução de um certo contrato administrativo.** Ou seja, muitos dos requisitos indispensáveis à aludida certificação podem ser desnecessários à execução satisfatória do objeto contratual. Por outro lado, é perfeitamente imaginável que a natureza de um contrato específico comporte certas peculiaridades de que a certificação não cogita. **Em suma, há um enorme risco de que a exigência da certificação ISO represente uma indevida restrição ao direito de participar da licitação.**”*

E, ainda, acrescenta: “O essencial não é a certificação formal, mas o preenchimento dos requisitos necessários à satisfação dos interesses colocados sob a tutela do Estado. **Se o sujeito preenche os requisitos, mas não dispõe da certificação, não pode ser impedido de participar do certame.**”

É nítido que a remoção das exigências de certificação e laudos contribuiria para promover a vantajosidade e a economicidade na contratação pública, permitindo que empresas concorram com base em seus méritos, e não em certificações que aumentam os custos de forma significativa sem benefícios comprovados.

Assim sendo, **entendemos que a exigência de "Certificado do INMETRO" poderá ser desconsiderada pelos licitantes quanto aos itens 97 e 98 do edital, uma vez que quadros escolares**

não são considerados “artigos escolares” pela Portaria INMETRO nº 423/ 2021, e, portanto, inexistem certificados aplicados a eles. **Está correto nosso entendimento?**

Além disso, entendemos que o certificado ABNT da mesma forma não será aplicado aos itens 97 e 98 do edital, em observância ao art. 67 da Lei Federal 14.333/21 e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e igualdade. **Está correto o nosso entendimento?**

Contrário à isto, impugna-se tais exigências em razão de seu caráter ilegal, dado o posicionamento do INMETRO acerca do tema, bem como, tendo em vista os artigo 67 da Lei Federal 14.333/21 e os princípios que devem pautar os certames licitatórios.

Por fim, em caso negativo, requer ainda, a normativa específica que traz a necessidade de certificado INMETRO para os quadros e lousas escolares.

4) DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, e em razão dos fundamentos amplamente debatidos:

1. Entendemos que a exigência de "Certificado do INMETRO" poderá ser desconsiderada pelos licitantes quanto aos itens 97 e 98 do edital, uma vez que quadros escolares não são considerados “artigos escolares” pela Portaria INMETRO nº 423/ 2021, e, portanto, inexistem certificados aplicados a eles. **Está correto nosso entendimento?**
2. Entendemos que o certificado ABNT, da mesma forma não será aplicado aos itens 97 e 98 do edital, em observância ao art. 67 da Lei Federal 14.333/21 e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e igualdade. **Está correto o nosso entendimento?**
3. Caso o nosso entendimento não seja o mais acertado para esta Administração, impugna-se tais exigências em razão de seu caráter ilegal, dado o posicionamento do INMETRO acerca do tema, bem como, o artigo 67 da Lei Federal 14.333/21 e os princípios que devem pautar os certames licitatórios.

4. **Em caso negativo, requer ainda, a normativa específica que traz a necessidade de certificado INMETRO para os quadros e lousas escolares.**

Curitiba, 13 de maio de 2024.

LILIANE
FERNANDA
FERREIRA:0797
1107986

Assinado de forma
digital por LILIANE
FERNANDA
FERREIRA:07971107986
Dados: 2024.05.13
10:30:13 -03'00'

Liliane Fernanda Ferreira

SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME
LILIANE FERNANDA FERREIRA
CPF: 079.711.079-86